

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Fernanda Dachi Carrets

**DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL: ANÁLISE E APLICAÇÃO DE UM
MODELO PROBIT PARA O RIO GRANDE DO SUL**

**Rio Grande
2014**

FERNANDA DACHI CARRETS

**DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL: ANÁLISE E APLICAÇÃO DE UM
MODELO PROBIT PARA O RIO GRANDE DO SUL**

*Monografia apresentada como requisito para
obtenção título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do Rio
Grande.*

*Orientadora: Profª Drª Audrei Fernandes Cadaval.
Co-orientador: Prof. Msc. Rafael Pereira Mesquita.*

**Rio Grande
2014**

Fernanda Dachi Carrets

**DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL: ANÁLISE E APLICAÇÃO DE UM
MODELO PROBIT PARA O RIO GRANDE DO SUL**

*Monografia apresentada como requisito para
obtenção título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do Rio
Grande.*

Aprovado em: 16 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^ª. Dr^ª. Audrei Fernandes Cadaval – Orientadora – Universidade Federal do
Rio Grande**

**Prof. Msc. Rafael Pereira Mesquita – Co-orientador – Universidade Federal do
Rio Grande**

Prof^ª. Dr^ª. Vivian dos Santos Queiroz – Universidade Federal do Rio Grande

RESUMO

O trabalho infantil constitui um grave problema expondo crianças e jovens a tipos de atividades, muitas vezes desumanas, que podem prejudicar tanto seu desenvolvimento físico como mental, além de dificultar o acesso à escolaridade. E tudo isso resulta em um atraso no desenvolvimento e crescimento econômico no país, que se torna carente em capital humano qualificado. A legislação brasileira proíbe o trabalho infantil, mas os dados demonstram que mesmo os índices de trabalho estejam diminuindo, este ainda está presente. O presente trabalho tem como objetivo analisar os determinantes da inserção precoce de crianças no mercado de trabalho, além de estimar os determinantes para o Rio Grande do Sul. Sendo assim, estimou-se um Modelo Probit utilizando dados das PNAD de 2009 e 2011. As variáveis utilizadas no modelo seguem um conjunto de aspectos que foram analisados na revisão de literatura. Os principais resultados evidenciaram que a escolaridade dos pais tem efeito de reduzir a probabilidade das crianças trabalharem, pois quanto maior a escolaridade dos pais menor a probabilidade de utilização de trabalho infantil. Assim como a variável localização teve forte influência mostrando que a criança que reside na zona rural tem maiores chances de trabalhar que uma que mora na zona urbana.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Modelo probit, Determinantes.

ABSTRACT

Child labor is a serious problem exposing children and young people the types of activities, often inhumane, that can harm both their physical and mental, and hinder access to schooling. All this results in a delay in the development and economic growth in the country, which becomes lacking in skilled human capital. Brazilian law prohibits child labor, but the data show that even the work rates are decreasing, it is still present. This study aims to analyze the determinants of early insertion of children in the labor market, and estimate the determinants to Rio Grande do Sul. Therefore, we estimated a Probit model using the 2009 PNAD data and 2011. The input variables follow a set of aspects that were analyzed in the literature review. The main results showed that parents' education is effective to reduce the likelihood of children to work, because the higher the educational level of parents less likely to use child labor. As well as the variable location had a strong influence showing the child that resides in rural areas are more likely to work than one who lives in the urban area.

Keywords: Child labor; Probit model, Determinants.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise das variáveis descritivas.....	28
Tabela 2 – Determinantes do trabalho infantil no RS.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Probabilidade de ocorrência do evento no modelo probit $P(Y=1|X)$23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 O trabalho infantil	11
2.2 Programas Sociais	13
2.3 Determinantes da oferta de trabalho infantil:	15
2.3.1 <i>Escolaridade e Estrutura Familiar</i>	15
2.3.2 <i>Renda</i>	18
2.4 Determinantes da Demanda de Mão-de-obra:	19
2.4.1 <i>Custo da mão-de-obra: e habilidades específicas</i>	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 Especificação do modelo probit	22
3.2 Banco de dados	24
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
4.1 Análise descritiva	26
4.2 Resultados	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A exploração da mão-de-obra infantil não é uma questão atual no mundo, ela já esteve presente antes mesmo da Revolução Industrial. Já na sociedade industrial surgiu uma maior preocupação relacionada com a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho. Conforme Canamaro & Oliva (2002) quando ainda não existiam leis para amparar o menor, e quando foi amplamente utilizada mão-de-obra infantil, juntamente com a feminina, devido a justificativa de suas habilidades ágeis e baixo custo da mão-de-obra, começou uma conscientização sobre a exploração infantil.

Remontando das origens da colonização portuguesa e a consolidação do regime escravagista no Brasil, os primeiros a sofrerem com a exploração do trabalho infantil foram os indígenas e negros estabelecendo, desde já, uma desigualdade social no país. A transformação para uma economia capitalista manteve ainda essa antiga estrutura, com uma presença considerável de crianças ingressando precocemente no mercado de trabalho ao longo do século XX, acrescenta o autor.

Cabe salientar que cada país tem sua lei própria para classificar trabalho infantil. No Brasil, segundo a Lei nº 8.069, de Julho de 1990, é considerado trabalho infantil qualquer tipo de trabalho realizado por crianças entre zero e 13 anos de idade.

Segundo as estimativas apresentadas no Relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2013, 168 milhões de crianças, em todo o mundo, estão em situação de trabalho infantil representando cerca de 11% da totalidade da população infantil. Mesmo apresentando uma considerável diminuição nesses valores, a cada ano, o trabalho infantil ainda continua presente em todo o mundo. A intervenção de diversos atores e ações em diversos níveis foram relevantes para a diminuição nos atuais índices de exploração de mão-de-obra infantil.

Para o Brasil, os dados da PNAD 2012 mostraram que 3,5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa de 5 a 17 anos de idade, estão trabalhando. Número elevado, mas que se comparado aos anteriores apresentou uma queda do

nível da ocupação de crianças e adolescentes trabalhando, aonde 157 mil crianças saíram dessa condição até 2011, motivado pelas políticas aplicadas no País para erradicação trabalho infantil. A queda mais acentuada foi na faixa etária de 10 a 13 anos apresentando redução de 23%, representando uma redução de quase 142 mil crianças e adolescentes fora do mercado de trabalho nessa faixa etária.

O trabalho infantil pode causar privações no desenvolvimento físico e mental da criança e do adolescente, além de muitas vezes restringir o acesso à educação e assim impossibilitando o desenvolvimento do capital humano. Como conscientização desse problema muitos países têm criado leis e restrições ao trabalho infantil estipulando idade mínima, proibindo algumas atividades, estipulando uma carga horária e condições adequadas para o trabalho.

Canamaro & Oliva (2002) salientam que o trabalho infantil não é apenas resultado de desigualdade social, mas também de fatores econômicos e culturais. Há culturas que justificam a exploração da mão-de-obra infantil como meio de fuga do ócio e da marginalidade. E sempre existem caminhos de escapar das leis, como o trabalho doméstico e rural que são de difícil fiscalização, além de serem considerados trabalhos de alto risco para as crianças, e os trabalhos informais que abrangem um número grande de crianças vendendo produtos na rua e recolhendo material para reciclagem.

Kassouf (2005) enfatiza que o interesse de pesquisas e análises econômicas sobre trabalho infantil foi negligenciado durante um bom período e só foi retomado devido a grande preocupação com a redução da pobreza e na questão de acumulação de capital humano a fim de obter desenvolvimento, visto que o trabalho infantil pode ser um obstáculo para o processo econômico.

E é foco de pesquisa em diversas áreas de estudo, sociais, políticos e econômicos. Pesquisas que comprovam a influência negativa do trabalho infantil na vida adulta da criança, em diversos fatores, serviram como motivação para este trabalho. Será realizada uma pesquisa sobre como e por que o trabalho infantil ainda está presente em diversos países. Além de fazer uma análise da incidência de mão-de-obra infantil e seus determinantes para o estado do Rio Grande do Sul, visto que nenhum trabalho com esse conteúdo foi encontrado na literatura para o Estado.

Para realizar os objetivos propostos, de analisar os motivos da ocorrência de mão-de-obra infantil no mercado de trabalho e fazer um estudo para o estado do Rio Grande do Sul, optou-se por dividir este estudo em quatro seções, além dessa

introdução. Na segunda seção consta uma revisão de literatura sobre o trabalho infantil, contendo uma breve discussão sobre programas sociais e sua significância para a diminuição do número de crianças trabalhadoras e uma análise dos determinantes da oferta e da demanda de mão-de-obra infantil. A seção 3 é composta pela apresentação da metodologia proposta no trabalho. É realizada uma apresentação das especificações do modelo econométrico, Modelo Probit, em seguida, tem-se uma breve explanação da fonte dos dados. Na quarta seção, tem-se a análise descritiva das variáveis utilizadas, além dos resultados da aplicação dos modelos econométrico para os determinantes do trabalho infantil no Rio Grande do Sul. A última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta capítulo são expostos alguns dos principais estudos sobre a inserção precoce da mão-de-obra infantil. Levantamento realizado como intuito de embasar as hipóteses por este trabalho analisar a influência de determinados fatores na incidência de trabalho infantil no Estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente, de uma maneira geral, mostrando como é qualificado o trabalho infantil e programas sociais implantados no Brasil. E por fim expor os determinantes de oferta e demanda de trabalho infantil.

2.1 O trabalho infantil

O Ministério Público Brasileiro, através de seu Manual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, conceitua como trabalho infantil todo o trabalho realizado por pessoas que tenham menos da idade mínima permitida para trabalhar, com intuito de obter renda para o próprio sustento ou para incrementar o sustento da família.

Cada país tem sua lei própria para classificar o trabalho infantil. No Brasil, por exemplo, de acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, é proibido qualquer tipo de trabalho para crianças e adolescentes entre zero e 13 anos de idade; a partir dos 14 anos pode-se trabalhar com a condição de jovem aprendiz e dos 16 aos 18 anos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998, as atividades laborais são permitidas, desde que não sejam realizadas em período noturno, não sejam insalubres ou perigosas e não façam parte da lista das piores formas de trabalho infantil, fixadas pela OIT na convenção de número 182.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013) constatou em seu relatório que o número de crianças trabalhadoras no mundo, durante o período de

2010 a 2012 diminuiu, de 215 para 168 milhões, e o número de crianças em trabalhos perigosos, de 115 para 85 milhões. Reconhecendo o Brasil como pioneiro na políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil desde a década de 90 através da aplicação das disposições das Convenções 138 e 182 da OIT. A convenção nº 138 (Decreto nº 4,134 de 15 de fevereiro de 2002) fixou a idade mínima para trabalho como não sendo inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou idade mínima de quatorze anos. Já a convenção nº 182 (Decreto nº 3.597 de 12 de setembro de 2000) qualificou as piores formas de trabalho infantil abrangendo trabalhos de escravidão, prostituição e prejudiciais a saúde, além de medidas para sua erradicação.

Sobre as piores formas de trabalho infantil, em Filho et al. (2013), temos como exemplo o trabalho doméstico, que atinge principalmente as meninas, e é de difícil fiscalização e de grandes riscos físicos para a criança. As atividades informais como tráfico de drogas, coleta e seleção de lixo, comércio ambulante, etc., estão totalmente vinculados a evasão escolar e a falta de oportunidades formais no mercado de trabalho. Assim como vários autores, salientam que o trabalho no campo é muito cruel, sendo que as estimativas mostram que as crianças envolvidas na agricultura familiar são as que começam a trabalhar mais cedo e estão vulneráveis a muitos riscos. Outra forma cruel de trabalho levantada é a prostituição de menores, no qual a criança é tratada como objeto comercial o que geraria danos irreparáveis para sua saúde mental e física.

Segundo Cecilio (2004) o Brasil tem umas das mais completas Constituições Federais, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – reconhecido mundialmente. Mas salienta a ineficiência de aplicação dessas leis, que muitas vezes não são postas em prática, prejudicando a condição de vida dos trabalhadores infantis submetidos a condições precárias de degradação humana.

Citando algumas medidas contra o trabalho infantil, a partir de Filho et al. (2013) temos os exemplos dos países formadores do Cone Sul: o Chile, que em 1996 o Ministério do Trabalho e da Previdência Social assumiu o compromisso de formular um Plano Nacional de Ação para erradicar o trabalho infantil, no Paraguai, em 2002, foi instituída dentro do Ministério da Justiça e do Trabalho, a *CONAETI, Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil y Protección del Trabajo de los/las Adolescentes* com a meta de elaborar propostas e coordenar as políticas nacionais sobre a erradicação do trabalho infantil, no Uruguai foi criado o CETI,

Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil, na Argentina também foi criada uma comissão com caráter interministerial e presidida pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, e no Brasil veremos mais a frente alguns programas sociais para erradicação do trabalho infantil realizados no país.

Os autores também fizeram uma comparação das informações sobre trabalho infantil nos países do Cone Sul. Entre eles o Paraguai foi que apresentou maior taxa de ocupação infantil de 22,4%, das 1,8 milhões de crianças no país 416,6 mil estavam realizando alguma atividade, e o Chile apresentou a menor taxa de 5,4%, das 3,6 milhões apenas 196,1 mil trabalhavam. Em relação à taxa de ocupação por zona, entre os países analisados, o Chile apresentou as menores taxas de ocupação tanto na zona urbana quanto na rural. E o Paraguai continuou apresentando as piores taxas sendo 31,5% na zona urbana e 15,2% na rural. Levando em conta a taxa de ocupação por idade, o Brasil tem a menor taxa de crianças entre 5 e 13 anos ocupadas sendo de 2,5%; enquanto o Chile, tem a menor taxa de ocupação de adolescentes entre 14 e 17 anos de 12,6%.

2.2 Programas Sociais:

Kassouf (2002a) mostra que muitas vezes o rendimento provindo do trabalho infantil é fundamental para o sustendo familiar e constatando que proibir o trabalho infantil não seria a maneira mais eficaz para solucionar este problema, já que muitas vezes a criança trabalharia por necessidade de manter a renda familiar.

Para minimizar essa questão o governo brasileiro implantou programas para incrementar a renda familiar de famílias carentes, com o condicionante de manter as crianças na escola. Mesmo não tendo como foco direto a eliminação do trabalho infantil eles têm gerado bons resultados quanto à diminuição do número de crianças trabalhadoras no país segundo os dados do IBGE.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, o Programa Bolsa Família, por exemplo, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza com a transferência direta de renda. Integrando o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, tem como público alvo os brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais a fim de promover uma diminuição da

pobreza. E através de seus condicionantes, proporcionar um melhor acesso aos serviços públicos e garantir o desenvolvimento das famílias tirando-as de uma faixa de vulnerabilidade. Todos os meses o Governo Federal repassa uma quantia em dinheiro para as famílias integrantes do programa, a qual pode ser retirada com saque realizado com o cartão magnético fornecido ao beneficiário. Kassouf (2002a) mostra que, mesmo que o Bolsa Família não sendo um programa de erradicação do trabalho infantil, acabou contribuindo para a redução de crianças no mercado de trabalho e aumentando as taxas de frequência escolar no Brasil. Araujo (2010) também mostrou que o programa conseguiu bons resultados quanto ao trabalho infantil, comprovando que o número de crianças trabalhando reduziu com a implantação do programa, independente de gênero e região do país que a criança vive.

Outro Programa do Governo Federal é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que articula medidas para retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce considerado penoso, insalubre, perigoso ou degradante, também através de transferência de renda para famílias mais carentes. O programa atua de forma articulada com Estados e Municípios realizando campanhas e audiências públicas para esclarecer e mobilizar os brasileiros sobre o problema do trabalho infantil. O público alvo são aquelas famílias com filho de sete a quatorze anos que trabalham em atividades prejudiciais a saúde e integridade física em situação de extrema pobreza.

Mas Kassouf (2002a) levanta uma reflexão, a de que estes programas podem causar uma espécie de comodismo ou dependência, membros adultos das famílias podem entrar em uma situação de conforto e trabalharem menos ou até mesmo pararem de trabalhar. Além de criticar a infraestrutura do país que apresenta um número inadequado e insuficiente de escola, ou então as péssimas localizações destas, prejudicando o acesso das crianças ao estudo e dificultando o funcionamento dos programas sociais.

Segundo Neri & Costa (2010) o Brasil investe bastante em questões sociais, mas investe mal. Sendo assim seus efeitos são superficiais sobre as condições de vida da população mais pobre, foco dos programas sociais, e deixará poucos resultados a longo prazo para o país. E lembra que a alocação de tempo das crianças constitui um determinante das condições da economia de um país, ou seja,

um país que cuida das suas crianças através de políticas sociais, por exemplo, possibilita melhores condições no futuro.

Estudando o Programa Bolsa Escola Ferro (2003) propõe que crianças que trabalham e estudam, ao começar a receber os benefícios do programa, diminuem sua carga horária de trabalho, mas não saem do mercado de trabalho. Elas podem então alocar esse tempo para atividades escolares, além de incrementar a renda com o valor recebido da bolsa. Já na visão das crianças que apenas trabalham e não estudam comprovou que o custo de oportunidade dessa criança no mercado de trabalho, representado pelo seu salário, não é compensado pelo valor do benefício. Indicando essa como uma falha do programa, que não consegue atingir de forma concreta o público-alvo. O autor conclui que o programa ajuda na diminuição das horas de trabalho das crianças, mas não tem efeito direto na decisão de trabalhar ou não.

2.3 Determinantes da oferta de trabalho infantil:

Muniz (2010) considera o trabalho infantil resultado de vários fatores. E entender como e o porquê estes fatores são determinantes para a oferta de mão-de-obra infantil é essencial para entender o fenômeno e propor alternativas para erradicá-lo. Evidência que a maioria dos fatores são internos, ou seja, provem da própria unidade familiar da criança, mas também teriam fatores externos como: baixa qualidade educacional, dificuldade de acesso, entre outros.

2.3.1 Escolaridade e Estrutura Familiar

Basu & Tzannatos (2003) pressupõem que a pessoa que recebe mais educação quando criança acumula assim mais capital humano para a vida adulta. Mas salienta que é possível acumular qualificações por conta do trabalho infantil, no Brasil, por exemplo, na situação de jovem aprendiz, permitindo a aprendizagem e qualificação de outra forma de capital humano, e não só aquele ligado apenas a quantidade de tempo gasto com ensino das crianças.

Segundo Schwartzman (2004) um dos focos do Ministério da Educação é a questão da defasagem idade-série, na qual o Brasil apresenta um dos piores índices de repetência no mundo. O autor revela, através de dados da PNAD 2002, que o atraso educacional é generalizado, e os índices de repetência crescem com o aumento da idade. Crianças com 10 anos apresentaram um atraso de meio ano na vida acadêmica e aumentando para um ano e meio aos 14 anos de idade, só havendo redução no índice quando os que já trabalhavam e estavam atrasados acabavam abandonando a escola.

Quanto à diferença na relação de acesso a escola entre crianças que trabalhando ou não, no Brasil, Kassouf (2002a) chegou a resultados que mostram que os percentuais de escolaridade são altos (mais de 90%) para ambos os grupos (crianças trabalhadoras ou não). A defasagem média de anos de escolaridade de crianças que trabalham e crianças que não trabalham apresentou valor menor que um ano.

Bezerra (2006) utiliza uma análise de regressão para estimar o efeito do trabalho infantil na escolaridade dos alunos avaliados pela pesquisa do SAEB de 2003 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Aplicando o método de mínimos quadrados e tendo com variável dependente as notas de Língua Portuguesa e Matemática, investigou como o desempenho, as condições de trabalho, se trabalha ou não, e as condições do ambiente de trabalho, se doméstico ou não influenciam no nível educacional dos alunos. Indicando um efeito negativo do trabalho no desempenho escolar dos alunos, mostrando um maior rendimento nas notas dos alunos que não trabalham. E, dos que trabalham, mostra um menor prejuízo de desempenho escolar quando o trabalho é considerado domiciliar.

Há a hipótese de um efeito inverso, ou seja, de que a ausência de escolas leve ao trabalho infantil. Nas áreas rurais e periferias a oferta educacional ainda é baixa, ou então apresentam condições precárias, desmotivando as crianças de participar da vida acadêmica na escola. E assim levaria muitas crianças à opção de trabalhar como a única alternativa razoável, gerando renda, e fugindo da ociosidade Schwartzman (2004). Estes dados corroboram a ideia geral de que a principal concentração do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil se dá nas zonas rurais.

Santo & Portela (2010) utilizaram duas variáveis educacionais para avaliar a influência da educação no trabalho infantil: a escolaridade média dos professores do

ensino público, para captar efeitos referentes a qualidade do ensino, e um indicador de oferta educacional, para captar os efeitos da quantidade ofertada do mesmo. Tanto a variável escolaridade média dos professores quanto à oferta educacional apresentaram resultados negativos ao trabalho infantil, ou seja, uma maior escolaridade dos discentes/menor oferta educacional está associada a uma maior probabilidade do menor somente estudar e não trabalhar.

Basu & Tzannatos (2003) evidenciam a ideia de propagação do trabalho infantil, conceituando como se fosse uma herança de geração a geração, ou seja, que pais que trabalharam quando crianças teriam mais chances de colocar seus filhos no mercado de trabalho mais cedo. Partindo da ideia de que os pais que não trabalharam quando crianças, e, assim teriam acumulado mais capital humano e conseqüentemente usufruíam de maior renda no futuro, não teriam a necessidade de expor os filhos ao trabalho infantil.

Kassouf (2002a), através de Modelo Probit, analisou a probabilidade, em zonas rurais e urbanas, da criança trabalhar e frequentar a escola mostrando que a questão familiar também tem efeito sobre isso, ou seja, comprovou que a escolaridade dos pais tem efeito de reduzir a probabilidade das crianças trabalharem e aumentar a de estudarem. Mostrando também a diferença conforme o sexo, a escolaridade do pai influencia mais a escolaridade de filhos homens e a escolaridade da mãe tem mais peso sobre a escolaridade das filhas mulheres.

Analisando o impacto que o sexo do chefe da família tem sobre a alocação de tempo do menor, Santo & Portela (2010), constataram que nas famílias com chefes do sexo feminino é menor a probabilidade de apenas estudar e maior de estudar e trabalhar se comparadas a famílias em que o chefe é do sexo masculino.

Resultados do Modelo Probit Binomial analisado sobre a variável tamanho do domicílio, que afetaria a frequência escolar das crianças, mostrou que um número maior de irmãos mais novos teria um efeito positivo para o trabalho infantil e negativo para o acesso a escola, tanto na zona urbana quanto rural. Apontando que, diferente de outros países, no Brasil, a questão do número de irmãos mais velhos não ficou totalmente clara quanto a diminuição do trabalho infantil, ou seja, irmãos mais velhos não agiriam como substitutos da mão-de-obra dos irmãos mais novos. Já no Modelo Logit Multinomial essa questão do irmão mais velho apresentou efeito positivo, um aumento no número de irmãos mais velhos aumentaria a probabilidade da criança não trabalhar, mostrando que a presença de irmãos mais velhos pode

permitir a maior escolaridade dos irmãos mais novos, além de reduzir a entrada deles no mercado de trabalho Kassouf (2002b).

2.3.2 Renda

Na literatura destaca-se que a renda é um dos principais motivos que levam crianças e adolescentes a entrarem no mercado de trabalho logo cedo.

Conforme pesquisa de Kassouf (2002a) ficou comprovado que, no Brasil, a contribuição da renda infantil, para incrementar o sustento familiar, é bem significativa. E que em 35% das famílias de zonas urbanas e 46% das famílias zonas rurais, esta contribuição foi maior que 20%, e em alguns casos chegando a 50% de importância do rendimento infantil para o sustento familiar. Uma justificativa para valores tão elevados seria o desemprego e a ausência do pai dentro dessas famílias.

A remuneração oferecida pelo mercado de trabalho é maior para o sexo masculino, o que gera um custo de oportunidade maior de frequentar a escola para os meninos, em comparação às meninas. Ou seja, meninas teriam, portanto, mais probabilidade de frequentar a escola do que meninos. Outro resultado apresentado pela diferença entre menino e meninas é de que a probabilidade da menina somente estudar ou então não trabalhar e não estudar é maior do que para os meninos, Santos & Portela (2010).

Existe uma forte relação entre idade e rendimento. Em 2002, 88% das crianças de 10 anos, que realizam alguma atividade de trabalho, não recebiam nada ou os ganhos eram bem insignificantes. Aos 17 anos os índices dos sem rendimento caiu para 25% e ocorria um aumento dos rendimentos se comparado aos ganhos pela faixa etária de 10 anos, segundo Schwartzman (2004). Mostrando que quanto mais cedo o indivíduo for inserido no mercado de trabalho menor será o seu rendimento. E mesmo controlando a escolaridade, atividades de trabalho, idade, região, situação do domicílio, etc., a análise mostrou que quando mais cedo o indivíduo entrar no mercado de trabalho menor será seu salário na vida adulta. Uns por aderir a trabalhos informais, que apresentam salários, na maioria das vezes, menores que em trabalhos formais com carteira assinada, e também acabam prejudicando no nível educacional.

Realizando uma análise estatística da influência sobre a renda de indivíduos de 18 a 70 anos condicionada à realização de trabalho infantil, na região Nordeste do Brasil, Lopes (2010) encontrou altos percentuais de trabalho infantil entre os indivíduos, fato que resultou em uma baixa escolaridade dos mesmos e uma menor renda futura em comparação aos indivíduos que não entraram precocemente no mercado de trabalho.

Para captar a influência na renda futura dos indivíduos das zonas rurais das regiões brasileiras que ingressaram precocemente no mercado de trabalho, Gisléia & Raul (2014) realizaram um estudo para as regiões Nordeste e Sul do Brasil, obtendo diferença no resultado entre as regiões. Na região Nordeste, o impacto do trabalho infantil sobre a renda do indivíduo na fase adulta foi considerado maior que para o Brasil, independentemente do nível de renda, embora o impacto tenha se mostrado maior para níveis de renda menores. Já as estatísticas para região Sul seguem a mesma tendência que para o Brasil, indivíduos com baixo nível de renda tendem a ser mais afetados pelo trabalho infantil. Porém foi comprovada uma especificidade na região Sul, a condição de trabalho infantil ou não, na renda futura, não se confirma entre os indivíduos que detêm um nível mais elevado de renda.

A renda domiciliar per capita tem importante papel na questão do trabalho infantil conforme estudo realizado por Mesquita e Ronaldo (2011) que concluiu que a renda domiciliar per capita e probabilidade de trabalho infantil tem uma relação inversa. Os resultados mostram que crianças oriundas de famílias monoparentais sob comando da mãe estão mais dispostas ao trabalho do que aquelas de domicílio biparentais sob a responsabilidade do pai e com renda similar, diferença que só foi eliminada em níveis mais elevados de renda. Cabe também salientar que o número de crianças no domicílio afeta a variável renda domiciliar per capita, ou seja, um número maior de membros na família faz com que a renda per capita sofra uma diminuição e, assim a família se torna mais vulnerável economicamente.

2.4 Determinantes da Demanda de Mão-de-obra:

A literatura existente considera a demanda de mão-de-obra infantil um problema constituído por vários fatores. A tentativa de entender o porquê esses

fatores resultariam na ocorrência de trabalho infantil é fundamental para entender sobre a entrada precoce de crianças no mercado de trabalho.

Segundo Canamaro & Oliva (2002), a sociedade reconhece que o trabalho infantil é prejudicial ao desenvolvimento infantil, mas se conforma diante de atividades consideradas habituais, tais como trabalhos domésticos, serviços realizadas em zonas rurais, trabalhos no comércio informal, entre outros. Salientando que, com base em fatores socioeconômicos, o trabalho infantil é aceito e incentivado pela cultura de que ele engrandeceria a pessoa, afastando-a das ruas e gerando algum tipo de experiência, assim criando uma forma de incentivo aos tipos de exploração infantil.

2.4.1 Custo da mão-de-obra: e habilidades específicas

Uma das ambições das empresas é sempre garantir a maximização do lucro. Levando em consideração que para se atingir essa maximização é necessária uma combinação de fatores como terra, capital, matéria-prima, mão-de-obra fazendo com que o capitalista tenha o desafio de achar a melhor e mais rentável alocação desses fatores.

Muniz (2008) argumenta essa situação afirmando que os custos de utilizar a mão-de-obra infantil são mais baixos que da mão-de-obra adulta, sendo assim, quanto maior for o salário pago para a mão-de-obra adulta supostamente maior será a busca por parte da firma por trabalho infantil. E assim um aumento no salário de indivíduos adultos também poderia ser um fator de incentivo à procura de por mão-de-obra infantil, visto que seria mais vantajoso para a empresa empregar mão-de-obra infantil diminuindo os custos com salários.

Wahba (2001) *apud* Muniz (2008) contrapôs em pesquisa realizada no Egito que a relação salário do indivíduo adulto e trabalho infantil não se confirma, ou seja, uma elevação nos salários dos adultos causaria uma diminuição na incidência de trabalho infantil no país. O que Muniz (2008) justifica devido ao fato de ser de alto risco para a empresa a contratação de mão-de-obra infantil, visto que o trabalho infantil é proibido por lei, o que pode resultar na aplicação de multas e processos, elevando ainda mais os custos da empresa. Sendo assim o custo do trabalho infantil acabaria sendo mais pesado do que de indivíduos adultos.

Dal-Rosso e Resende (1982) *apud* Muniz (2008) argumentam que algumas atividades só podem ser realizadas por crianças graças as suas “habilidades insubstituíveis” como a agilidade que possui devido o seu pequeno porte, permitindo, por exemplo, o trabalho em minas onde são realizados trabalhos de escavação, e pelos chamados “*nimble fingers*”, que diz respeito aos pequenos dedos das crianças muito requisitados para realizar atividades manuais. Outro fator que foi levantado pelo autor é o fato das crianças terem uma menor capacidade de organização para lutar pelos seus direitos quando esses são violados.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, serão apresentadas as especificações do Modelo Probit, utilizado para analisar os determinantes do trabalho do infantil e uma descrição do banco de dados empregado.

3.1 Especificação do modelo probit

Gujarati (2011) salienta que para explicar o comportamento de variáveis dependentes dicotômicas é feito o uso de uma função de distribuição acumulada (FDA). O Modelo Probit faz uso de uma função de distribuição acumulada normal, na qual a variável X segue distribuição normal com média μ e variância σ^2 , dado por:

$$F(X) = \int_{-\infty}^{x_0} \frac{1}{\sqrt{2\sigma^2\pi}} e^{-\frac{(X-\mu)^2}{2\sigma^2}} \quad (1)$$

Dada a hipótese de normalidade o modelo expressa a probabilidade P de Y tomar o valor de um, em que F é a função probit,

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (2)$$

$P(Y=1)$ indica a probabilidade de determinado evento ocorrer dado o(s) valor(es) da(s) variável(eis) explicativa(s), e em que em Z_i é a variável normal padrão, ou seja, $Z \sim N(0, \sigma^2)$ aonde Z segue uma distribuição normal, com média zero

e variância constante. Sendo F a função de distribuição acumulada normal padronizada e expressa da seguinte maneira:

$$F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-\frac{z^2}{2}} dz \quad (3)$$

A probabilidade de ocorrência do evento é dado por P , a qual é medida pela área da curva normal padrão de $-\infty$ até função F , como mostra o gráfico,

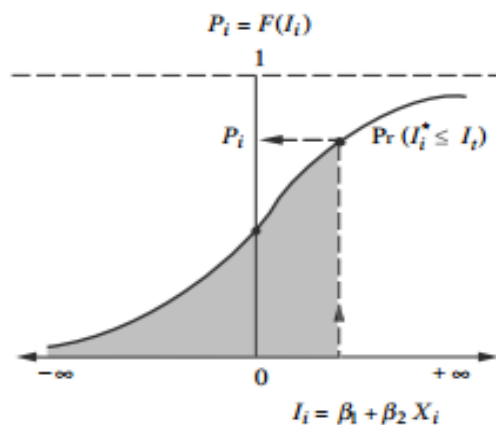


Gráfico 1 - Probabilidade de ocorrência do evento $P(Y=1|X)$.
 Fonte: Econometria básica, Damodar N. Gujarati (2011).

No modelo, com variável latente não observável, assumimos que o erro é independente de x e que tem distribuição normal padrão com média zero e variância constante. Logo e será distribuído simetricamente ao redor de zero.

O Modelo Probit é tido como não linear pelo fato de ser uma função não linear de β_1 e β_2 . Para estimação de modelos não lineares não é apropriado o principio de mínimos quadrados, a função que possibilita a observar os dados amostrais, neste caso, é a função de verossimilhança.

Analisadas as especificações do modelo, este trabalho se propõe a comparar a probabilidade de ocorrência da inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho a partir das variáveis determinantes utilizadas

no estudo. Assim, partindo de informações obtidas da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 2009 e 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE será verificada a relevância das variáveis condicionantes, escolhidas conforme o desenvolvimento teórico realizado na seção anterior, na inserção precoce de mão-de-obra infantil. Resultados que serão obtidos através da estimação do Modelo Probit, tendo como variável dependente a condição de trabalho infantil (trabalha ou não trabalha), e as informações sobre os pais e do local de moradia, como variáveis explicativas.

Hill (2010) e Wooldridge (2013) expõem que o modelo permite estimar a influência das variáveis explicativas na realização da escolha binária da variável dependente, representada por uma *dummy* que assume valores de *um* ou *zero*. O modelo emprega uma função de distribuição acumulada de uma variável aleatória normal padrão, sendo assim a probabilidade de ocorrência do evento pertence ao intervalo [0,1]. Permitindo verificar a probabilidade de uma criança entrar no mercado de trabalho, de acordo com as características apresentadas. Além captar e estimar a influência na variação, caso ocorra, em uma unidade de alguma das variáveis explicativas, *coeteris paribus*, obtendo assim os efeitos marginais destas variáveis no modelo.

3.2 Banco de dados

A base de dados utilizada para estimar o modelo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2009 e 2011. Segundo o IBGE a pesquisa de domicílios foi introduzida para suprir a falta de informações sociais, econômicas e demográficas das famílias brasileiras, assim permitindo a realização de estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico do país. Implantada no início de 1967, a pesquisa levanta dados de: trabalho, rendimento, educação, migração, fecundidade, saúde entre outras variáveis relevantes.

O presente trabalho utilizou o banco de dados da PNAD 2009 e 2011, fazendo uso de dados referentes ao Estado do Rio Grande do Sul relevantes para analisar a influência dos determinantes do trabalho infantil, no Estado, na amostra

de crianças de 10 a 14 anos de idade. Em 2009 foi utilizada uma amostra de 8.245.953 indivíduos. E em 2011 a amostra foi de 8.191.160 indivíduos. Dessa amostra foi identificada a condição de trabalho infantil, partindo de uma variável binária que assume valor *um* se a criança trabalha e *zero* quando não trabalha. Conforme a revisão de literatura realizada, as variáveis de *background* familiar apresentaram uma significativa relevância para a determinação do trabalho infantil, então, foram incluídas no modelo características da mãe e do pai da criança, tais como idade e anos de escolaridade, além da renda domiciliar per capita, como variáveis explicativas.

Além do mais, vale aqui ressaltar que, tanto as estatísticas quanto a análise econométrica foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra da PNAD (variável peso amostral), uma vez que sua utilização se faz necessária em amostras complexas (como é o caso da PNAD) para representar a população do local analisada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção será apresentada a descrição das variáveis e suas estatísticas descritivas. Além dos resultados obtidos com a estimação do modelo econométrico Probit para estimar qual a influência, ou se ela existe, das variáveis socioeconômicas das famílias gaúchas na determinação de trabalho infantil no Rio Grande do Sul fazendo a análise descritiva dos resultados referentes às PNAD 2009 e 2011.

4.1 Análise descritiva

No presente trabalho fez-se o uso de uma variável latente, trabalho infantil, representada por uma *dummy* que assume valor de *um* na presença de trabalho infantil e *zero* na ausência de trabalho infantil. Conforme mostrado na tabela 1, o percentual de trabalho infantil se mostrou pouco representativo no Rio Grande do Sul, em 2009, da população trabalhadora, apenas 0,052% é representada por crianças, valor que sofreu uma leve queda em 2011 apresentando uma porcentagem de 0,049% de crianças trabalhadoras no mercado de trabalho gaúcho.

Segundo dados do IBGE, em 2009, havia no Brasil 4,3 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade, número que teve uma redução se comparado com o ano de 2004 quando havia 5,3 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. Em relação à PNAD 2011 o Brasil apresentou cerca de 3,7 milhões de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade, houve uma redução em relação à PNAD 2009 de 14% no número de crianças trabalhadoras no Brasil. Comprovando que o número de crianças no mercado de trabalho vem apresentando um considerável queda a cada ano, fato que está se refletindo no Rio Grande do Sul, que de 2009 a 2011 apresentou uma diminuição na porcentagem de casos de trabalho infantil.

Para variável escolaridade dos pais foram analisados valores de zero, mínimo, até 15 anos de estudo, o máximo. Partindo dos resultados obtidos com a

PNAD 2009, temos que a escolaridade média do pai é 7,30 anos e a da mãe é 7,76 anos. E segundo estudos realizados por Kassouf (2002a), Bazu & Tzanaatos (2003) comprovam que a escolaridade dos pais tem efeito de reduzir a probabilidade das crianças trabalharem e aumentar a de estudarem. Funcionando como uma herança de geração a geração, ou seja, pais que acumularam mais capital humano, e obtiveram maior grau de escolaridade tem menor chance de expor seus filhos ao mercado de trabalho. As estatísticas descritivas mostram que a média de escolaridade dos pais em 2011 apresentou um leve aumento se comparadas com as médias de 2009, com a escolaridade do pai em média 7,46 anos e da mãe em média 7,91 anos. Aqui uma provável evidencia de que a melhoria nos índices de trabalho infantil pode estar ligada ao nível de escolaridade dos pais no Rio Grande do Sul, ou seja, devido ao aumento da escolaridade dos pais, esses tendem a incentivar seus filhos a estudar e não os colocarem no mercado de trabalho ainda jovens.

Como mostra a tabela 1, as variáveis idade do pai e da mãe apresentaram médias bem próximas nas duas PNAD. A média de idade do pai aumentou de 2009 para 2011, passando de 46,65 anos para 47,23 anos. Fato comprovado também com a idade média das mães que apresentou médias maiores de 2009 para 2011, 43,00 anos e 44,26 anos, respectivamente.

A variável renda é a elaborada a partir do logaritmo da renda domiciliar mensal per capita. Verificando que a renda média por domicílio aumentou da PNAD de 2009 para 2011, passando de 6,67 salário hora para 7,02 salário hora. Sendo uma variável altamente influente na incidência de trabalho infantil, a renda, ou melhor, a falta dela, é vista na literatura como um dos principais motivos que levam crianças e adolescentes a entrarem no mercado de trabalho tão cedo.

Foi utilizada uma variável binária, para o local de moradia da família, tomando peso *um* se reside na zona urbana e *zero* se reside na zona rural. Mostrando que 79,82% das famílias gaúcha residem na zona urbana e apenas 20,18% na zona rural em 2009. Valores ainda maiores foram encontrados para a variável zona urbana em 2011, com incidência de 82,60% das famílias morando na zona urbana e apenas 17,4% na zona rural.

Tabela 1 – Análise das variáveis descritivas

PNAD	Média	
	2009	2011
Trabalho infantil	0.0052852 (0.0725071)	0.0049693 (0.0703177)
Escolaridade pai	7.305749 (4.022556)	7.442401 (4.129344)
Escolaridade mãe	7.767219 (4.076634)	7.916901 (4.261638)
Idade pai	46.65486 (1.368757)	47.26733 (1.472495)
Idade mãe	43.00171 (1.323333)	44.26249 (1.512004)
Renda	6.671281 (3.206361)	7.028062 (3.670718)
Localidade	0.7982304 (0.4013212)	0.8260418 (0.3790735)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD – IBGE

4.2 Resultados

Os resultados encontrados na estimação para 2009, conforme tabela 2, mostram que quanto maior a escolaridade da mãe, a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil diminui em 1,33%. O que entra em conformidade com a pesquisa realizada para cidade de Viçosa (MG), na qual a escolaridade da mãe é contrária a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil Viviani et al. (2013). A escolaridade do pai apresentou valor positivo em relação ao trabalho infantil de 1,46%, no Rio Grande do Sul, o que contradiz os resultados encontrados em outros trabalhos.

A variável idade dos pais apresentou uma influência negativa, assim como a idade da mãe (0,4%) tendo uma maior influência em relação à dos pais (0,2%), na inserção dos filhos no mercado de trabalho, ou seja, quanto mais velhos os pais, menor a probabilidade de a criança ser inserida no mercado de trabalho.

O aumento da renda em 2009 justifica uma diminuição na probabilidade de ocorrência de trabalho infantil, ou seja, um aumento na renda familiar diminui em 13,13% a chance de a criança entrar no mercado de trabalho. Uma justificativa para esse resultado foi discutido por Kassouf (2002a) enfatizando que famílias com renda baixa os casos de trabalho infantil são mais frequentes devido ao fato de que a

contribuição dos rendimentos provindos da mão-de-obra infantil ser, muitas vezes, essencial para sobrevivência dos membros da família. Problema que o governo tenta minimizar com a implantação de programas sociais que forneceria a reposição da renda da criança e em contra partida condiciona a criança a ir para escola.

Outro fator determinante analisado é local de moradia da criança (zona urbana ou rural). Os resultados mostram que a criança residente na zona urbana em 2009 tem 53,04% menos chance de trabalhar do que uma criança que mora na zona rural. Situação que também é comprovada para o Estado do Paraná, segundo estudo de Lopes (2007) 41,46% dos trabalhadores que ingressam precocemente no mercado de trabalho, na faixa etária de 10 a 14 anos, é da zona urbana, esse percentual aumenta na zona rural para 53,29%.

A análise dos dados para 2011, conforme tabela 2, evidencia que as variáveis, escolaridade do pai e da mãe, mostraram-se desfavoráveis ao trabalho infantil. Ambas apresentaram valores negativos, a influência da escolaridade dos pais é de 1,03% e 0,07% para a da mãe, ou seja, quanto maior o grau de escolaridade dos pais menores são as probabilidades de inserção dos filhos no trabalho infantil.

A renda familiar se mostrou negativa em relação ao trabalho infantil, ou seja, famílias com maiores renda diminuem a probabilidade de ocorrência de trabalho infantil em 21,16%. Comparada com a PNAD 2009, a renda tomou um maior peso na determinação do trabalho infantil. Com um aumento, de praticamente, 8% mostra que cada vez mais a renda familiar vem afetando a questão do trabalho infantil no Rio Grande do Sul. Fato verificado por Mesquita (2011) que concluiu uma relação inversa e não linear entre renda domiciliar per capita e probabilidade de trabalho infantil. Além disso, os resultados mostraram que crianças em famílias monoparentais chefiadas pela mãe estão mais favoráveis ao trabalho do que aquelas em domicílio biparentais sob comando do pai e com renda similar.

A localidade de moradia quase não sofreu alteração em relação a 2009. A variável mostrou que a probabilidade da criança que reside na zona rural em 2011 é maior que da zona urbana, sendo que a criança da zona urbana tem 56,3% menos chances de trabalhar do que as da zona rural. Fato justificado por Shirley (2011) que comprovou que o total de crianças trabalhadoras mais que dobrou na zona rural nas regiões Norte e Sul do país do Brasil entre os anos de 2000 e 2010 fato que pode estar ligado à falta de fiscalização no meio rural, sendo a maior parte considerado

como trabalho de subsistência, além da precária infraestrutura da rede educacional na zona rural. Por fim, salienta que no Brasil a quantidade de crianças trabalhadoras tem crescido mais na zona rural do que na urbana. O que mostrou a mesma tendência para o Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Determinantes do trabalho infantil no RS

Variáveis	Coeficientes	
	PNAD 2009	PNAD 2011
Escolaridade do pai	0.0146662	-0.00103977
Escolaridade da mãe	-0.0133409	-0.0073268
Idade do pai	-0.0023157	-0.0060611
Idade da mãe	-0.0043612	0.0008531
Renda	-0.1313623	-0.2116621
Local de moradia	-0.5304076	-0.5629757
Constante	-1.044.539	-0.5629757

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD – IBGE.
Todos os coeficientes foram significativos a 1%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto teve como objetivo a revisão de literatura sobre estudos referentes à inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho descrevendo quais são os fatores que condicionam as crianças a entrar no mercado de trabalho. Outro objetivo proposto foi fazer uma análise dos determinantes do trabalho infantil para o estado do Rio Grande de Sul a partir das características familiares.

Primeiramente, cabe salientar que cada país tem sua lei própria para classificar trabalho infantil. No Brasil, segundo a Lei nº 8.069, de Julho de 1990, é considerado trabalho infantil qualquer tipo de trabalho realizado por crianças entre zero e 13 anos de idade.

Acredita-se que a revisão bibliográfica proposta neste estudo permitiu comprovar que o trabalho infantil é um fenômeno complexo influenciado por inúmeros fatores econômicos e sociais. E para que se estabeleçam políticas públicas capazes de combater ou amenizar o problema é necessário a compreensão e o estudo da forma como esses determinantes influenciam na incidência do trabalho infantil.

Um dos fatores determinantes mais encontrados nos trabalhos sobre utilização de mão-de-obra infantil é a renda, porém é importante ressaltar que mesmo sendo o mais predominante não é o único. A renda per capita domiciliar se mostrou altamente influente para a decisão de trabalho infantil, visto que um rendimento per capita maior significa menor chance de ocorrência de trabalho infantil. Isto porque, segundo trabalhos analisados, em famílias de baixa renda a atividade infantil remunerada é favorecida pelo fato de ser uma forma auxiliar de aumentar a renda familiar e garantir, muitas vezes, a sobrevivência da família. Frisando a questão de que as políticas públicas que se destinam a reduzir os índices de trabalho infantil não devem focar apenas em mecanismos de distribuição de renda para as famílias afetadas, visto que há inúmeros outros fatores atuando. Também vale salientar que uma fiscalização eficiente sobre o cumprimento das leis

e um maior acompanhamento para averiguar se os recursos utilizados nas políticas socioeconômicas estão realmente sendo bem distribuídos e utilizados pelos beneficiários podem ajudar a elevar a eficiência das políticas públicas.

Por exemplo, a questão de baixa oferta educacional e condições precárias na infraestrutura educacional também servem como agravantes na inserção de crianças no mercado de trabalho. Motivos suficientes para desmotivar as crianças a participar da vida acadêmica e leva-las a procurar alguma outra ocupação.

A questão da escolaridade dos pais mostrou-se muito influente para diminuição dos casos de trabalho infantil. Ficando evidente que uma base familiar em que o estudo é tomado como prioridade pelos pais acaba influenciando positivamente na escolaridade dos filhos reduzindo os índices de mão-de-obra infantil.

Foram encontrados poucos trabalhos relacionados aos determinantes da demanda de mão-de-obra infantil. É reconhecido que o trabalho infantil é prejudicial ao desenvolvimento infantil, porém trabalhos domésticos, atividades realizadas em zonas rurais e no comércio informal, entre outros, muitas vezes, não são consideradas como trabalho infantil pela sociedade. A principal justificativa encontrada para demanda por mão-de-obra infantil está relacionada à questão do custo salarial, que se comparado ao custo da mão-de-obra adulta é bem mais baixo. Em contra partida cabe destacar que o empregador corre o risco de ser punido pela utilização de trabalho infantil já que esse é proibido por lei, além de ser onerado com aplicação de multas.

Além do estudo de determinantes do trabalho infantil o estudo propôs-se a estimar a probabilidade de determinantes, relacionados a informações da família, no Rio Grande do Sul para ocorrência de trabalho infantil. A partir da análise dos dados foi verificada uma pequena incidência de trabalho infantil no Estado. Constatou-se que a maioria da população gaúcha é residente na zona urbana fato que é desfavorável ao trabalho infantil. Segundo as estimativas do modelo há uma probabilidade negativa da criança residente na zona urbana em relação à residente na zona rural de entrar precocemente no mercado de trabalho. A variável renda também tem sinal negativo para o trabalho infantil, assim como foi verificado em vários estudos já realizados para essa variável explicativa, ou seja, quanto maior o nível de renda per capita domiciliar menor é a chance de ocorrência de trabalho

infantil. As variáveis referentes à escolaridade dos pais se mostraram negativamente influentes para o trabalho infantil.

Este trabalho contribuiu com o estudo dos determinantes da inserção precoce de crianças e jovens no mercado de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Porém, ainda é necessário que sejam realizadas pesquisas futuras capazes de aprofundar o assunto, e incorporar outras variáveis além de utilizar outras formas de análise dos determinantes.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Aracy Alves de. **O programa Bolsa-Família e o trabalho infantil no Brasil**. Viçosa, MG, 2010.

BASU, K. e Z. TZANNATOS. “**The Global Child Labor Problem: What do we know and what can we do?**” *The World Bank Economic Review*, vol. 17, n.2, 2003.

BEZERRA, Márcio Eduardo Garcia. **O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil**. Piracicaba, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998. Brasília, 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em 14 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990** - Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> acesso em 14 de junho de 2014.

CANAMARO, Renata de Jesus; OLIVA, José Roberto Dantas. **O estado e a sociedade no combate a exploração do trabalho infantil no Brasil**. São Paulo, 2002.

Cartilha do PETI: **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: MDSCF, 2010.

CECILIO, Maria Aparecida. **Lavrar e brincar: o trabalho precoce e as consequências para desenvolvimento** – Maringá, Pr: Graf. Massoni, 2004. 234 p.

FERRO, Andrea Rodrigues. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003. Dissertação (mestrado)

FILHO, Guedes Moreira Ernesto, CURI, Zaitune Andréa, TOJA, Nyczka Felipe, CONDE, Rayane. **Trabalho infantil adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Cone Sul**. São Paulo, Tendências Consultoria Integrada, 2013.

GISLEIA, Benini Duarte. RAUL, da Mota Silveira Neto. **Trabalho infantil e a renda na vida adulta: uma análise para o meio rural brasileiro**. Departamento de

Economia – PIMES/UFPE – Recife(PE). Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 78-89, jan./mar., 2014

HILL, R. Carter. **Econometria** / R. Carter Hill, William E. Griffiths, George G. Judge; tradução: Alfredo AlvesFarias; revisão técnica: Edric Martins Ueda. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> acesso em 15 de setembro de 2014.

KASSOUF, A. L.. **Trabalho infantil: causas e consequências**. *Estudo apresentado no concurso de Professor titular do Departamentoto de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP, 2005.*

KASSOUF, A. L. **Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002a. 124 p.

KASSOUF, A. L. **Trabalho infantil: Escolaridade X Emprego**. São Paulo, 2002b.

LOPES, Leige Janete et al. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná**. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ Fecilcam Paraná, 2007.

LOPES, Leige Janete et al. **Inserção precoce no mercado de trabalho e baixo nível de escolaridade como condicionante do nível de renda no futuro: análise e aplicações de um modelo probit para o nordeste brasileiro**. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/ Fecilcam Paraná, 2010.

MESQUITA, Shirley Pereira, RAMALHO, Hilton Martins de Brito. **Trabalho infantil no Brasil: Qual a importância da estrutura familiar?** Departamento de Economia - Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE, UFPB, 2011.

MUNIZ, André Luiz Pires. **Os determinantes do trabalho infantil: uma revisão bibliográfica**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 7, p.64-79, jan./dez. 2008.

NERI, Marcelo Costes; COSTA, Daniela Ribeiro da. **O Tempo das Crianças**. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2010 (Ensaio Econômico; 468).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Brasília. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 5 de julho de 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau internacional do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)** - Genebra: OIT, 2013.

SANTOS, Fernanda Cabral; PORTELA, André Fernandes de Souza. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil** – São Paulo, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon, SCHWARTZMAN, Felipe. **O trabalho infantil no Brasil**. IETS, Mimeo. 2004.

VIVIANI, Silva Lírio et al. **Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: uma abordagem econométrica**. RACE, Unoesc, v.12, n. 2, p. 525-542, jul/dez 2013.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna** / Jeffrey M Wooldridge; tradução José Antônio Ferreira; revisão técnica Galo Carlos Lopez Noriega – São Paulo: Cengage Learning, 2013.